

Caixa Postal 1987 recebe sugestões à Constituição

EVELYN PENA
Da Editoria de Política

A Caixa Postal 1987, de Brasília, talvez seja uma das mais concorridas e polêmicas da Agência Central dos Correios na cidade. E para lá que centenas de brasileiros enviam suas sugestões para a futura Constituição. E a escolha deste número não foi aleatória: 1987 será, o ano da instalação da Assembléia Nacional Constituinte e é para lá que os 52 membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, nomeados pelo presidente José Sarney, encaminharão todas estas propostas, organizadas e consolidadas em forma de um anteprojeto de Constituição.

Mas, até lá, eles têm um árduo trabalho a cumprir. As correspondências apontam falhas e lacunas em vários pontos da legislação atual, exigem mudanças às vezes coerentes mas que muitas vezes não constituem matéria constitucional, chegando mesmo a propostas inusitadas como as de proibição do uso da telepatia no País ou a obrigatoriedade dos alunos das escolas primárias de pagarem pelo conserto de mesas e carteiras rabisçadas ou quebradas. Outros, como os Adventistas do Sétimo Dia, pleiteiam, por uma razão de fé, a guarda do sábado, "como inalienável direito de liberdade de consciência".

Preocupações pertinentes, porém, são uma constante. Nas últimas semanas muitas pessoas enviaram cartas propondo um maior controle das empresas multinacionais no País. Dianésio da Silva, de Belo Horizonte, sugeriu, ao Presidente, a criação de uma comissão de homens "honestos e competentes" para fiscalizar as multinacionais, além de um levantamento completo de sua atuação na Amazônia, inclusive o projeto Jari, de onde resultaria um "inventário" de todo o Brasil.

O sindicalista mineiro João Pires de Vasconcelos chamou a

atenção da comissão para a política empresarial das multinacionais, voltada para a redução da mão-de-obra, através do emprego de equipamentos cada vez mais automatizados. Como exemplo, ele citou a Belgo-Mineira, onde trabalha há 25 anos, que reduziu à metade seus seis mil trabalhadores, enquanto a produção saltou de 400 mil toneladas, naquela época, para um milhão de toneladas hoje. Além da redução da taxa de empregos houve um aumento da taxa de risco e insalubridade do trabalho.

ARMAS ATÔMICAS

A futura Constituição deveria também, segundo Saulo Franco, do Rio Grande do Norte, proibir a instalação de bases estrangeiras em território nacional, além de interditar a produção e o estacionamento de armas atômicas no País, a fim de evitar que "nos transformemos em alvo de um ataque nuclear".

Outro cidadão defende a obrigatoriedade dos laboratórios mantidos pelo Governo realizar pesquisas ligadas às plantas medicinais que existem em larga escala na o do País. Ele quer ainda a redução das rubricas dos remédios produzidos e comercializados, estimados em 25 mil, porque, conforme afirmou, há grande número de remédios com a mesma fórmula mas com nomes e preços diferentes.

Para evitar a ocorrência de casos de mães que dão a luz em plena via pública e de doentes que morrem por falta de atendimento médico-hospitalar, por não serem segurados da Previdência Social, um eleitor do Nordeste sugere que, nos casos de emergência, o paciente seja atendido por qualquer entidade de saúde pública ou particular. No segundo caso a conta seria encaminhada posteriormente ao INPS.

Jonas Regis de Azevedo, técnico judiciário, escreveu ao presidente Sarney sugerindo uma

completa reforma na estrutura cartorial brasileira que ele considera "ultrapassada, arcaica e desatualizada". Ele propõe a criação do Serviço Nacional de Registros Públicos e Notariado, incluindo-se o Serviço Nacional de Registro do Comércio, vinculados ao Ministério da Justiça, além da revogação da emenda 22, do artigo 208, que permite a sucessão nos cartórios.

ACABAR COM VICE

A extinção do cargo de vice-Presidente da República é o que sugere Avelino Casimiro, de Uberaba. Segundo sua fórmula, o Presidente seria substituído pelos presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal — nesta ordem. Vagando a presidência, o cargo seria ocupado por um dos três enquanto se convocava eleições gerais e diretas para eleger o novo Presidente.

A professora paulista Maria Amália D'Angelo Marcondes, de Taubaté, mãe de uma criança deficiente, escreveu ao presidente pedindo-lhe que a Constituição contemple também o problema dos direitos dos excepcionais, que segundo ela, não recebem nenhum apoio por parte das autoridades. Ela conclui assim sua carta: "Não acho que a Pátria se envergonhe de ter alguns filhos que não acompanham seus avanços, quando tem milhares capazes de fazê-la chegar a um futuro feliz e próspero".

Um advogado de Fortaleza sugeriu ainda à comissão que adote medidas legais para coibir a atuação de "crenças religiosas ou de convicções filosóficas ou políticas que contrariem a ordem pública e os bons costumes". E especificou: "Reffiro-me às entidades que a pretexto de defender a tradição, a família e a propriedade, aliciam jovens, formam grupos e verdadeiros fanáticos que são usados em campanhas que perturbam a ordem pública".